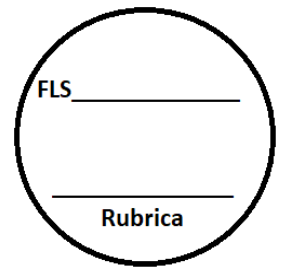




ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026 FMS
MODO DE DISPUTA: ABERTO (ELETRÔNICO)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
TIPO DE CONTRATAÇÃO:
DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021
BENEFICIO EXCLUSIVIDADE LOCAL
EXCLUSIVO MEI/ME/EPP

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO, Fundo público da administração direta municipal, inscrito no CNPJ nº. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril nº 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Elysson Leonarde Kloss, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com Sistema de Registro de Preços e com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Municipal nº 311/2021, com Decreto 12.807, de 29 de dezembro de 2025 e alterações posteriores, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 10/06/2026

HORÁRIO DE INÍCIO: 08h00min (horário de Brasília)

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO: 15h00min (horário de Brasília)

Valor Total Estimado: R\$ 54.354,60 (Cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

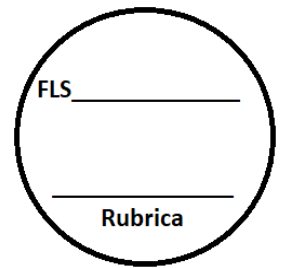
SISTEMA ELETRÔNICO: <https://licitanet.com.br>

DA DISPUTA ELETRÔNICA

- A presente Dispensa de Licitação será realizada em modo de disputa eletrônica, conforme o disposto no art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicável subsidiariamente.
- A sessão pública ocorrerá por meio do sistema Licitanet (www.licitanet.com.br), no endereço eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital, sob condução da Pregoeiro designada, com observância das seguintes regras:
 - As propostas comerciais deverão ser enviadas exclusivamente pelo sistema, até a data e horário de abertura da sessão.
 - Após a abertura, as propostas serão divulgadas no painel do sistema e os licitantes poderão enviar lances sucessivos até o encerramento da disputa, observado o critério de menor preço por item.
 - O encerramento da disputa será determinado automaticamente pelo sistema, após o período de tempo randômico de fechamento, conforme regulamentação vigente.
 - Encerrada a disputa, o sistema encaminhará automaticamente a proposta classificada em primeiro lugar para verificação da conformidade e habilitação, conforme critérios previstos neste Edital.
 - A licitante declarada vencedora deverá anexar todos os documentos de habilitação exigidos neste Edital em formato PDF no sistema Licitanet, dentro do prazo fixado pela Pregoeiro.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- O descumprimento dos prazos para envio de proposta ou de documentação implicará desclassificação automática da licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

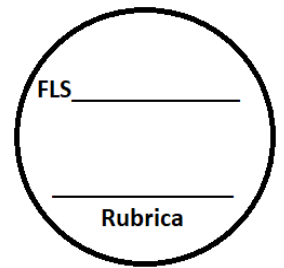
2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

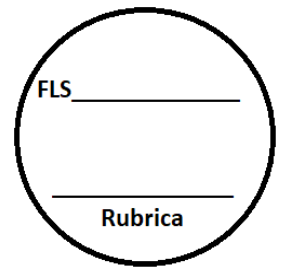
2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



execução

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.

3. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

A documentação exigida para a formalização da contratação inclui:

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

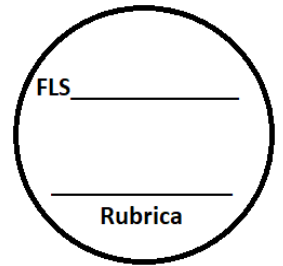
- a) Cópia do CPF e Carteira de Identidade ou outro documento equivalente dos sócios;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c.1.) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no **CNPJ**;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Certidão ou Ficha de **Inscrição Estadual** ;

e) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

g) Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características com o objeto de que trata esta licitação;

3.3.1. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto e quantidades dos produtos e/ou serviços fornecidos.

3.3.2. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) e/ou outros documentos correspondentes ao (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica.

3.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de **Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

3.5. DAS DECLARAÇÕES

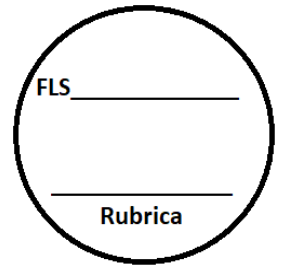
a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo III;

b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo IV).

c) Declaração Anticorrupção (anexo V).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- d) Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência (anexo VI).

4. PROPOSTA DE PREÇO

- a) A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

5. DO INICIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Os serviços objeto deste contrato dar-se-á mediante apresentação da Requisição/Ordem de compra/serviço, assinado por agente autorizado pelo CONTRATANTE.

6. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- a) A escolha do fornecedor se dará pela proposta que apresentar o MENOR PREÇO, e o que atenda todos os REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos orçamentários para essa contratação correrão por conta das seguintes dotações:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS: 1201 Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo e
1202 - Secretaria Municipal de Saúde.

PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0202 2007 – Piso da Atenção Primária – PAP;

10 301 0238 2017- Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial Caps;

10 302 0238 2018 – Manutenção do CEO;

10 302 0238 2019 – Manutenção das Atividades do SAMU;

10 302 0238 2020 – Manutenção da média complexidade;

10 304 0235 2021 - Manutenção da Vigilância Sanitária.

10 122 0004 2023 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde;

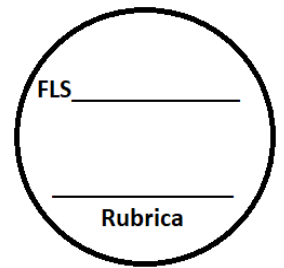
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. Pessoas jurídica.

8. FORMA E PRAZO PARA PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado em até 30 dias úteis após a aprovação final dos serviços prestados, mediante verificação e aceite formal por parte do Contratante.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- b) Em caso de pendência quanto às regularidades previstas no Art. 68 da Lei Nº 14.133/21 (débitos fiscais com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação ao INSS, FGTS e trabalhista), o pagamento será suspenso até a sua regularidade.
- c) A contratada deverá fornecer as informações bancárias para recebimento dos pagamentos, constando número de conta, agencia e outras necessárias para o crédito dos valores, que será feito eletronicamente.
- d) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- e) A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, também no seguinte caso:
- f) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Termo.

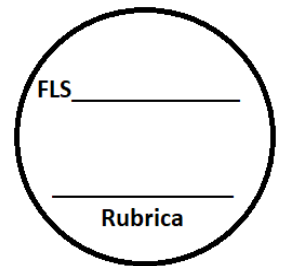
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obrigar-se-á:

- a) Executar os serviços nos locais, prazos e condições designados, em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes do Edital e de seus anexos;
- b) Permitir e facilitar a fiscalização do objeto por parte do Poder Executivo;
- c) Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após notificação formal, os serviços ou produtos entregues em desacordo com as especificações previstas nos anexos e propostas, ou que apresentem vício de qualidade ou defeito de utilização;
- d) Prestar prontamente os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atender às reclamações apresentadas e comunicar imediatamente, por escrito, qualquer anormalidade verificada durante a execução contratual;
- e) Providenciar todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive em situações de greve, paralisação ou quaisquer outras intercorrências;
- f) Reconhecer que a falta de produtos ou insumos não poderá ser alegada como motivo de força maior para justificar atraso, má execução ou inexecução do objeto contratual, não a eximindo das penalidades cabíveis pelo descumprimento das condições estabelecidas neste Termo;
- g) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração em seu endereço, conta bancária, fornecimento dos produtos ou demais dados necessários à execução contratual;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, observando rigorosamente as normas regulamentadoras aplicáveis;
- i) Fiscalizar o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato, assumindo integralmente os ônus decorrentes dessa atividade, independentemente da fiscalização exercida pela Contratante;
- j) Indenizar terceiros e/ou o Fundo Municipal de Saúde por quaisquer danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, inclusive em decorrência de omissão na fiscalização de sua parte, adotando todas as medidas preventivas e observando as exigências legais e normativas das autoridades competentes;
- l) Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal e trabalhista, apresentando, quando solicitado, os documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, tais como certidões negativas de débitos para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação ao FGTS e à Dívida Trabalhista;
- m) Arcar integralmente com todas as despesas relativas à entrega dos produtos ou à execução dos serviços, inclusive fretes, transportes, encargos e seguros, até o local indicado pela Contratante.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Emitir Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, estabelecendo o dia, a quantidade, o local e demais informações necessárias ao bom cumprimento do objeto contratual;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à adequada execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do órgão contratante, prestando-lhes os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- c) Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanadas de forma imediata;
- d) Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados ou produtos fornecidos em desacordo com as especificações, condições e obrigações assumidas;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, prazos e formas estabelecidas no contrato;
- f) Não efetuar, sob nenhuma hipótese, pagamento antecipado, salvo nos casos expressamente previstos no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

11. DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

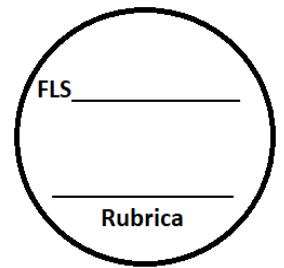
11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

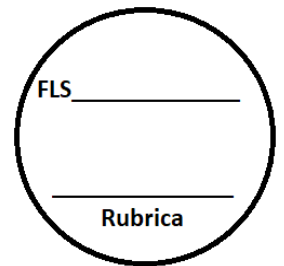
12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



13. DA EXECUÇÃO

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as normas e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- b) A prestação dos serviços ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, devidamente designado, com atribuições específicas, bem como por representante da Contratada, para fins de coordenação e controle da execução;
- c) A fiscalização exercida pela Contratante sobre a execução dos serviços ou fornecimento não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades decorrentes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior. A eventual aprovação ou aceitação dos serviços pela fiscalização não implica corresponsabilidade da Contratante, de seus agentes ou prepostos, pelos danos resultantes de falhas ou omissões da Contratada.

14. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E PENALIDADES

- a) A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar sua rescisão, implicando as consequências legais previstas nos arts. 137 a 139, bem como nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) As partes obrigam-se a respeitar integralmente as cláusulas e condições ajustadas neste contrato, sob pena de aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente ao período (mês) em que os serviços não foram devidamente executados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- c) Ficam expressamente reconhecidos os direitos da Contratante quanto à rescisão administrativa do contrato, nos termos dos arts. 137 a 139 e arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Os eventuais casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas expedidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional, bem como demais dispositivos legais aplicáveis.

15. ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

- a) O gestor designará um servidor responsável para acompanhar a entrega do objeto, que será substituído, na sua ausência, por um dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

15. DO FORO

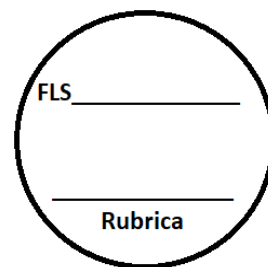
15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Brasil Novo (PA), prevalecendo sobre qualquer outro, por mais especializado que seja para dirimir quaisquer divergências decorrentes da prestação dos serviços do presente objeto.

15.2 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico
<https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>.

16. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXOS:

- Anexo I** - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo II** – Modelo de Formulário de Proposta;
- Anexo III** - Modelo de Declaração Conjunta;
- Anexo IV**- Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP/MEI;
- Anexo V** - Modelo de Declaração Anticorrupção;
- Anexo VI** - Modelo de Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência;
- Anexo VII** – Modelo da Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII** - Modelo da Minuta do Contrato.

Brasil Novo/PA, 29 de Maio de 2026.

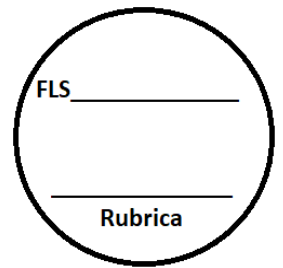
ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 005/2025



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026 FMS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO **(art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

1.1. OBJETO

A presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO **(ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’ DA LEI N. 14.133/2021).**

FUNDAMENTAÇÃO

1.2.1. A contratação será efetuada por dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025 é de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

1.2.2. Conforme Análise Prévia do presente processo de serviços, apurou-se que o somatório a ser despendido no presente exercício financeiro está dentro dos limites estabelecidos para a dispensa de licitação, considerando-se objetos de mesma natureza, conforme o Art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

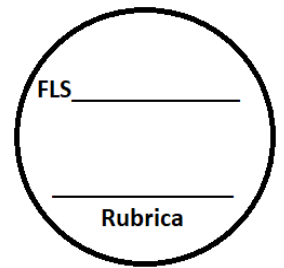
2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brasil Novo/PA possui diversas unidades administrativas e assistenciais descentralizadas, incluindo sede administrativa, hospital municipal, unidades básicas de saúde (UBS/USF), postos de saúde, centros especializados e unidades localizadas em zonas rurais, as quais demandam acesso contínuo, estável e seguro à rede mundial de computadores.

A inexistência de contrato vigente para fornecimento de acesso à internet compromete diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde, considerando que a conectividade é elemento essencial para:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- Operacionalização de sistemas informatizados do SUS (e-SUS, CNES, SIAB, entre outros);
- Alimentação de bases de dados oficiais e prestação de contas aos órgãos de controle;
- Comunicação institucional entre unidades urbanas e rurais;
- Acesso a prontuários eletrônicos e sistemas de regulação;
- Apoio a atividades administrativas, assistenciais e de vigilância em saúde;
- Utilização de ferramentas digitais para atendimento ao público e telemedicina (quando aplicável).

Ademais, verifica-se que as unidades de saúde estão distribuídas em áreas urbanas e rurais, sendo que algumas localidades apresentam limitações de infraestrutura, o que exige soluções tecnológicas adequadas (fibra óptica e/ou rádio), garantindo a universalização do acesso e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Dessa forma, a contratação de serviço de acesso à internet corporativa, com velocidade adequada (800 Mbps por unidade), suporte técnico ininterrupto (24 horas) e garantia mínima de desempenho (80% da velocidade contratada), revela-se imprescindível para assegurar:

- A continuidade do serviço público de saúde;
- A eficiência administrativa (art. 37 da CF/88 e art. 5º da Lei 14.133/2021);
- A melhoria na qualidade do atendimento à população;
- A integração digital entre as unidades de saúde do município.

Assim, resta caracterizada a necessidade da contratação como medida indispensável ao atendimento do interesse público, garantindo a modernização e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

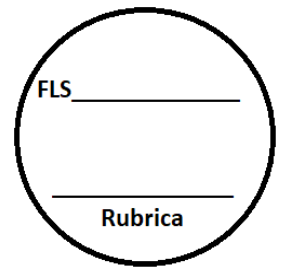
Justifica-se a abertura de processo licitatório objetivando a contratação dos serviços, conforme detalhados e descritos no ANEXO I deste Termo

3. QUADRO – TABELA DE SERVIÇOS/VALORES:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V.UNIT	V.TOTAL	Classificação 123/06
1	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na Secretaria Municipal De Saúde (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
2	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas,	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP



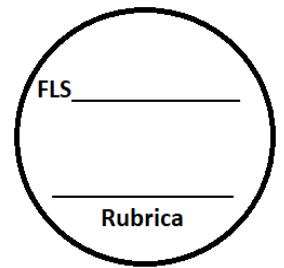
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



	Wifi De 5Ghz No Hospital Municipal Maria Jose Biancardi (Fornecimento em Fibra Óptica).					
3	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Brasil Novo (centro) (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
4	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Duque de Caxias (vicinal 20) (Fornecimento aceito em Fibra Óptica ou Via Rádio).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
5	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Grande Esperança (agrovila km 50) (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
6	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Carlos Pena Filho (agrovila km 40) (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
7	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF São José (vicinal km10) (Fornecimento aceito em Fibra Óptica ou Via Rádio).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
8	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP



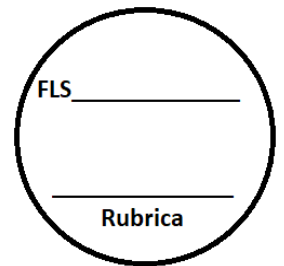
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



	velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz No NASF Brasil Novo (Fornecimento em Fibra Óptica).					
9	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz No CAPS Brasil Novo (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
10	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz No CEO de Brasil Novo (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
11	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na PS Cidade Nova (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
12	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na PS Cidade Alta (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
13	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na CAF Brasil Novo (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
14	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na Unidade de Vigilância Sanitária (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



15	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80%da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz prédio do SAMU	12	Mês	R\$ 301,97	R\$ 3.623,64	Exclusivo MEI/ME/EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 54.354,60	

3.1.1. O estimado total da contratação é R\$ 54.354,60 (Cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme Valor Estimado apostos na tabela acima.

3.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Sustentabilidade:

Devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da Contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. REQUISITOS TÉCNICOS:

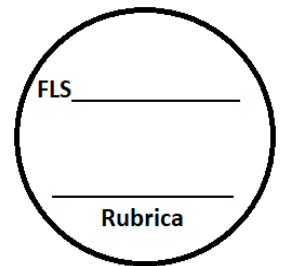
- Fornecimento de acesso à internet corporativa com velocidade nominal de 800 Mbps (megabits por segundo) para cada unidade.
- Garantia de velocidade média mensal mínima de 80% da banda contratada.
- Fornecimento preferencial por meio de fibra óptica, admitindo-se tecnologia via rádio exclusivamente para unidades situadas em zona rural.
- Disponibilização de rede sem fio (Wi-Fi) com padrão mínimo de 5 GHz.
- Fornecimento de todos os equipamentos necessários em regime de comodato (roteadores, ONTs, antenas, etc.).
- Endereçamento IP compatível com as necessidades da Administração (preferencialmente IP fixo, quando necessário para sistemas institucionais).
- Garantia de baixa latência, estabilidade e qualidade de serviço adequada para aplicações críticas da área da saúde.

6. REQUISITOS FUNCIONAIS:

- Disponibilidade contínua do serviço para suportar sistemas oficiais do SUS, sistemas administrativos e de gestão, e comunicação institucional entre unidades.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- Possibilidade de acesso simultâneo por múltiplos usuários sem degradação significativa do serviço.
- Compatibilidade com aplicações de voz, vídeo e dados (inclusive sistemas de telemedicina, se implementados).
- Monitoramento e gerenciamento do link pelo fornecedor.

7. REQUISITOS OPERACIONAIS

- Disponibilização de suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- Atendimento a chamados técnicos com prazos compatíveis com a criticidade do serviço (SLA a ser detalhado no contrato).
- Manutenção preventiva e corretiva inclusa no contrato, sem ônus adicional para a Administração.
- Prazo máximo para instalação inicial dos serviços em até 5 dias.
- Garantia de continuidade do serviço, com rápida recomposição em caso de falhas.

8. DA CAPACIDADE TÉCNICA:

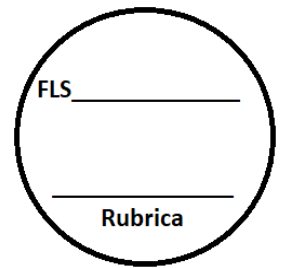
Para fins de comprovação da **capacidade técnica** a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica pública ou privada constando que prestou ou presta serviços desta natureza.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1. A contratada deverá atender integralmente o objeto deste termo de referência. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei de licitações.
- 9.2. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com salários e encargos sociais da sua equipe técnica. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com deslocamentos, passagens, diárias, transportes, estadias, alimentação e as que se fizerem necessárias para a boa execução dos serviços.
- 9.3. A Contratada deverá fornecer, instalar e configurar todos os equipamentos ativos e passivos necessários para a plena operacionalização e fruição dos serviços de acesso à internet em todas as unidades da Contratante, sem ônus adicionais. O fornecimento desses equipamentos ocorrerá em regime de comodato, incluindo, mas não se limitando a, roteadores, ONTs (Optical Network Terminals), antenas (para conexões via rádio, quando aplicável), cabos, conectores e demais dispositivos indispensáveis para a entrega da velocidade e qualidade de serviço contratadas. A responsabilidade pela manutenção, substituição e atualização tecnológica desses equipamentos, durante toda a vigência contratual, será exclusiva da Contratada, garantindo o perfeito funcionamento do serviço. Ao término do contrato, os equipamentos deverão ser removidos pela Contratada, ou, mediante acordo, permanecer nas instalações da Contratante para continuidade de serviços futuros, desde que não haja custos adicionais para a Administração Pública.
- 9.4. É de responsabilidade da contratada oferecer todo o suporte técnico necessário para



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



atendimento do objeto deste termo de referência.

- 9.5. É de responsabilidade da contratada prestar os serviços de manutenção corretiva na ocorrência de falhas, panes e quaisquer outros defeitos de fornecimento objeto deste termo de referência.
- 9.6. A contratada deverá atualizar todos os equipamentos sempre que necessário, em consonância com as alterações na legislação. A contratada deverá cumprir todos os prazos previstos neste termo de referência, não podendo alegar desconhecimento, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei.
- 9.7. A Contratante responsabiliza a Contratada exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado na execução dos serviços incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante, utilizando profissionais em número suficiente para execução ininterrupta dos serviços contratados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 10.1. Acompanhar e verificar a conformidade da prestação dos serviços com as especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato;
- 10.2. Efetuar os pagamentos à contratada mediante apresentação de nota fiscal atestada e documentação de habilitação válida, no **prazo de até 30 dias (trinta) dias** corridos do mês posterior, a contar da data do atesto da Nota Fiscal protocolada.
- 10.3. Notificar a contratada sempre que necessário a contratada para que tome as providências necessárias para o bom atendimento do objeto deste termo de referência.
- 10.4. Aplicar as sanções que se fizerem necessárias em conformidade com a legislação vigente contra a contratada, observando sempre o contraditório e a ampla defesa.
- 10.5. Designar fiscal para acompanhar a execução do objeto deste termo de referência;

11. A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A fiscalização contratual será exercida pelo servidor designado formalmente como fiscal e pelo gestor do contrato, os quais deverão registrar e tratar eventuais ocorrências conforme os planos acima descritos.

12. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

- 12.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que observado o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

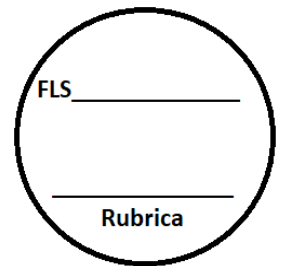
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Constituem-se direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além daqueles previstos em outros ajustes legais, em particular, aqueles previstos nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que a CONTRATADA, aceita de inteiro teor e a eles se submete.

13.2. O ajuste da presente contratação poderá ser denunciado após decorridos 30 (trinta) dias de sua vigência e, em consequência dos fatos contrários à lei ou à ordem pública, suscetível de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



punição, encerrado unilateralmente pela CONTRATANTE, garantido o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

13.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE e, regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

13.4. Poderá haver ainda, pena a CONTRATANTE de:

- a) Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo estabelecido Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.5. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

13.6. Todas as sanções poderão, a critério da Prefeitura Municipal/Secretarias Municipal de Saúde, tramitar nos autos que correm o procedimento licitatório.

13.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à(s) Contratada(s) o contraditório e a ampla defesa.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo e 1202 - Secretaria Municipal de Saúde.

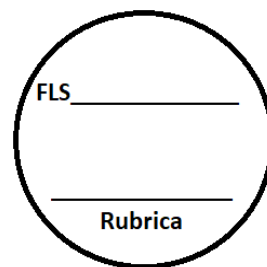
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0202 2007 – Piso da Atenção Primária – PAP;
 10 301 0238 2017- Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial Caps;
 10 302 0238 2018 – Manutenção do CEO;
 10 302 0238 2019 – Manutenção das Atividades do SAMU;
 10 302 0238 2020 – Manutenção da média complexidade;
 10 304 0235 2021 - Manutenção da Vigilância Sanitária;
 10 122 0004 2023 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.

Brasil Novo/PA, 07 de Maio de 2026.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Elaborado Por:

Alexsandro Santana Pereira
Chefe do setor de Compras

Aprovado Por:

ELYSSON LEONARDE KLOSS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 005/2025



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A presente contratação tem como objetivo o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde de Brasil Novo.





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo administrativo nº 013/2026 FMS.

1 Objeto

A presente contratação tem como objetivo o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

2 Necessidade da Aquisição/Contratação

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brasil Novo/PA possui diversas unidades administrativas e assistenciais descentralizadas, incluindo sede administrativa, hospital municipal, unidades básicas de saúde (UBS/USF), postos de saúde, centros especializados e unidades localizadas em zonas rurais, as quais demandam acesso contínuo, estável e seguro à rede mundial de computadores.

A inexistência de contrato vigente para fornecimento de acesso à internet compromete diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde, considerando que a conectividade é elemento essencial para:

- Operacionalização de sistemas informatizados do SUS (e-SUS, CNES, SIAB, entre outros);
- Alimentação de bases de dados oficiais e prestação de contas aos órgãos de controle;
- Comunicação institucional entre unidades urbanas e rurais;
- Acesso a prontuários eletrônicos e sistemas de regulação;
- Apoio a atividades administrativas, assistenciais e de vigilância em saúde;
- Utilização de ferramentas digitais para atendimento ao público e telemedicina (quando aplicável).

Ademais, verifica-se que as unidades de saúde estão distribuídas em áreas urbanas e rurais, sendo que algumas localidades apresentam limitações de infraestrutura, o que exige soluções tecnológicas adequadas (fibra óptica e/ou rádio), garantindo a universalização do acesso e a continuidade dos serviços públicos essenciais.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

Dessa forma, a contratação de serviço de acesso à internet corporativa, com velocidade adequada (800 Mbps por unidade), suporte técnico ininterrupto (24 horas) e garantia mínima de desempenho (80% da velocidade contratada), revela-se imprescindível para assegurar:

- A continuidade do serviço público de saúde;
- A eficiência administrativa (art. 37 da CF/88 e art. 5º da Lei 14.133/2021);
- A melhoria na qualidade do atendimento à população;
- A integração digital entre as unidades de saúde do município.

Assim, resta caracterizada a necessidade da contratação como medida indispensável ao atendimento do interesse público, garantindo a modernização e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

3 Área Requisitante

Secretário Municipal de Saúde – Elysson Leonarde Kloss, conforme Documento de Formalização de Demanda.

4 Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais e operacionais mínimos, suficientes para garantir a adequada prestação do serviço de acesso à internet corporativa às unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, conforme segue:

4.1 Requisitos Técnicos

- Fornecimento de acesso à internet corporativa com **velocidade nominal de 800 Mbps (megabits por segundo)** para cada unidade;
- Garantia de **velocidade média mensal mínima de 80% da banda contratada**, conforme boas práticas de mercado e regulamentações aplicáveis;
- Fornecimento preferencial por meio de **fibra óptica**, admitindo-se tecnologia **via rádio exclusivamente para unidades situadas em zona rural**;
- Disponibilização de **rede sem fio (Wi-Fi)** com padrão mínimo de **5 GHz**, assegurando maior desempenho e menor interferência;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

- Fornecimento de todos os equipamentos necessários em regime de comodato (roteadores, ONTs, antenas, etc.);
- Endereçamento IP compatível com as necessidades da Administração (preferencialmente IP fixo, quando necessário para sistemas institucionais);
- Garantia de baixa latência, estabilidade e qualidade de serviço adequada para aplicações críticas da área da saúde.

4.2 Requisitos Funcionais

- Disponibilidade contínua do serviço para suportar:
 - Sistemas oficiais do SUS;
 - Sistemas administrativos e de gestão;
 - Comunicação institucional entre unidades;
- Possibilidade de acesso simultâneo por múltiplos usuários sem degradação significativa do serviço;
- Compatibilidade com aplicações de voz, vídeo e dados (inclusive sistemas de telemedicina, se implementados);
- Monitoramento e gerenciamento do link pelo fornecedor.

4.3 Requisitos Operacionais

- Disponibilização de **suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;**
- Atendimento a chamados técnicos com prazos compatíveis com a criticidade do serviço (SLA a ser detalhado no Termo de Referência);
- Manutenção preventiva e corretiva inclusa no contrato, sem ônus adicional para a Administração;
- Prazo máximo para instalação inicial dos serviços em até 5 dias;
- Garantia de continuidade do serviço, com rápida recomposição em caso de falhas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

4.4 Requisitos de Habilitação

- Licitação com Benefício Municipal Exclusivo as microempresas e empresas de pequeno porte, com base na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 311 de 07 de julho de 2021;
- A qualificação técnica da contratada se dará mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que se refiram a contratações pretéritas realizadas no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato Social vigente e que, além disso, demonstrem sua aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto da contratação;
- A dispensa do balanço patrimonial é uma medida que promove o desenvolvimento econômico local, pois incentiva a participação de EPP's em licitações públicas. EPP's desempenham um papel fundamental na economia local, gerando empregos e renda. Simplificar a sua participação em licitações públicas contribui para o fortalecimento dessas empresas e para o desenvolvimento econômico das regiões onde atuam. A Lei nº 14.133/2021 prevê mecanismos que visam simplificar e desburocratizar a participação das EPPs em licitações públicas. A dispensa do balanço patrimonial está alinhada com os princípios dessa legislação, que busca criar um ambiente mais favorável e menos oneroso para a participação de pequenas empresas.

5 Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado tem por objetivo identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Administração Pública, bem como justificar, sob os aspectos técnico e econômico, a solução mais adequada.

5.1 Alternativas de Solução Identificadas



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

No mercado de telecomunicações, foram identificadas as seguintes alternativas para fornecimento de acesso à internet:

a) Link dedicado corporativo (fibra óptica)

- Alta disponibilidade e estabilidade;
- Banda simétrica e garantida;
- Menor variação de desempenho;
- Suporte técnico especializado.

b) Banda larga convencional (compartilhada)

- Custo inferior;
- Maior variação de desempenho;
- Não garante estabilidade para aplicações críticas;
- Não recomendada para ambientes institucionais de alta demanda.

c) Link via rádio

- Alternativa viável para regiões remotas;
- Implantação mais rápida em áreas sem infraestrutura de fibra;
- Sujeita a interferências climáticas e físicas;
- Desempenho inferior à fibra óptica, porém aceitável quando não houver outra solução.

d) Solução híbrida (fibra + rádio)

- Combinação de tecnologias conforme viabilidade técnica;
- Maior flexibilidade para atendimento em áreas urbanas e rurais;
- Possibilidade de ampliação gradual da infraestrutura.

5.2 Análise de Contratações Similares

Observa-se, em contratações públicas similares, que órgãos da Administração têm adotado:

- Fornecimento de internet via **fibra óptica para áreas urbanas**;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

- Utilização de **rádio em áreas rurais ou de difícil acesso**;
- Contratação de links independentes por unidade administrativa;
- Exigência de **SLA com suporte 24h e prazos de reparo definidos**;
- Padronização de velocidades para simplificação da gestão contratual.

5.3 Justificativa da Solução Escolhida

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde é:

Contratação de serviço de acesso à internet corporativa, preferencialmente por fibra óptica, com possibilidade de uso de tecnologia via rádio para unidades localizadas em zona rural.

Tal escolha se justifica pelos seguintes aspectos:

a) Técnico

- A fibra óptica oferece maior estabilidade, velocidade e confiabilidade;
- Atende às demandas críticas dos sistemas de saúde;
- A solução via rádio garante viabilidade nas áreas onde não há infraestrutura de fibra.

b) Operacional

- Permite atendimento descentralizado das unidades;
- Garante continuidade dos serviços públicos essenciais;
- Facilita a gestão contratual e a fiscalização.

c) Econômico

- A solução híbrida evita custos elevados de expansão de infraestrutura;
- Possibilita maior competitividade entre fornecedores locais;
- Garante melhor relação custo-benefício.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

Conclusão do Levantamento de Mercado

Diante do exposto, verifica-se que a solução proposta atende de forma adequada às necessidades da Administração, estando alinhada às práticas adotadas no mercado e às exigências de eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

6 Descrição da Solução

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de **procedimento de Dispensa de Licitação**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação, com a utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, por item, constantes na estimativa de quantitativos, para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso à internet corporativa, destinados às unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo, com execução de forma contínua e possibilidade de adesão conforme a necessidade da Administração.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de garantir maior flexibilidade na contratação, permitindo a gestão eficiente dos serviços, com possibilidade de adequação às demandas variáveis das unidades de saúde, especialmente considerando a distribuição geográfica entre áreas urbanas e rurais.

Considerando que a Dispensa de Licitação é admitida pela legislação vigente para contratações de menor valor, bem como a possibilidade de utilização do SRP, conforme entendimento doutrinário e regulamentações aplicáveis, verifica-se que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, não se identificando, no momento, alternativa mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

7 Estimativa da quantidade

As quantidades necessárias para a presente contratação são as constantes na planilha abaixo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

Item	Descrição	QTD	UND
1	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na Secretaria Municipal De Saúde (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
2	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz No Hospital Municipal Maria Jose Biancardi (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
3	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Brasil Novo (centro) (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
4	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Duque de Caxias (vicinal 20) (Fornecimento aceito em Fibra Óptica ou Via Rádio).	12	Mês
5	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Grande Esperança (agrovila km 50) (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
6	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF Carlos Pena Filho (agrovila km 40) (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
7	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na USF São José (vicinal km10) (Fornecimento aceito em Fibra Óptica ou Via Rádio).	12	Mês
8	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz No NASF Brasil Novo	12	Mês



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

	(Fornecimento em Fibra Óptica).		
9	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz No CAPS Brasil Novo (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
10	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz No CEO de Brasil Novo (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
11	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na PS Cidade Nova (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
12	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na PS Cidade Alta (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
13	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na CAF Brasil Novo (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
14	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80% da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz Na Unidade de Vigilância Sanitária (Fornecimento em Fibra Óptica).	12	Mês
15	Serviço De Acesso A Internet corporativo e empresarial, Velocidade De 800Mb, Velocidade Média Mensal: Os provedores devem entregar, no mínimo, 80%da velocidade contratada, Suporte De 24 Horas, Wifi De 5Ghz prédio do SAMU	12	Mês

8 Estimativa do valor

O custo estimado total da contratação é de R\$ 54.354,60 (Cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme pesquisa de preço realizado no sistema banco de preços, anexo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

deste ETP, com preços decorrentes de outras contratações similares feitas pela administração pública conforme o Art. 23, caput, da Lei 14.133/2021.

9 Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

A adjudicação do Pregão Eletrônico será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é tecnicamente e economicamente viável, conforme disposto no inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021.

10 Contratações Correlatas

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

11 Resultado Pretendido

A contratação do serviço de acesso à internet corporativa visa alcançar resultados concretos em termos de economicidade, eficiência administrativa e melhoria na prestação dos serviços públicos de saúde.

11.1 Resultados em Termos de Economicidade

A solução proposta proporcionará:

- Melhor relação custo-benefício, considerando a padronização dos serviços (800 Mbps por unidade);
- Redução de custos indiretos decorrentes de falhas de conectividade (retrabalho, deslocamentos, atrasos em sistemas);
- Otimização dos recursos financeiros, mediante contratação compatível com a realidade de mercado local;
- Possibilidade de maior competitividade no certame, com reflexo na redução de preços ofertados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

11.2 Resultados em Termos de Eficiência Administrativa

A contratação permitirá:

- Continuidade na utilização de sistemas institucionais do SUS;
- Maior celeridade nos processos administrativos e assistenciais;
- Integração entre as unidades de saúde, inclusive em áreas rurais;
- Redução de interrupções e instabilidades nos serviços digitais;
- Melhoria na comunicação interna e externa da Secretaria.

11.3 Resultados em Termos de Qualidade do Serviço Público

Espera-se, com a implementação da solução:

- Melhoria no atendimento à população;
- Maior confiabilidade no registro e acesso a dados de saúde;
- Suporte adequado a atividades assistenciais e administrativas;
- Possibilidade de ampliação de serviços digitais (ex: teleatendimento, quando aplicável).

11.4 Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

A solução contribuirá para:

- Redução do tempo ocioso de servidores causado por falhas de internet;
- Aumento da produtividade das equipes de saúde e administrativas;
- Melhor desempenho das atividades que dependem de sistemas informatizados;
- Otimização da força de trabalho disponível.

11.5 Indicadores de Resultado Esperados

A Administração poderá adotar indicadores para mensuração dos resultados, tais como:

- Percentual de disponibilidade do serviço (SLA);
- Tempo médio de atendimento e resolução de chamados;
- Índice de satisfação dos usuários internos;
- Redução de ocorrências de indisponibilidade;
- Regularidade na alimentação de sistemas oficiais.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

12 Providências a serem tomadas

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente do Fundo Municipal de Saúde, o processo será realizado através de Dispensa de Licitação com Registro de Preços. A dispensa estando homologada, poderá ser feita a contratação do serviço pretendido.

13 Viabilidade

A viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição do serviço, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Responsáveis pela elaboração ETP.

Brasil Novo (PA), 30 de Abril de 2026.

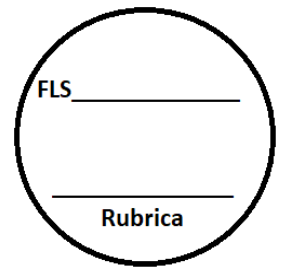
Alexsandro Santana Pereira
Chefe do Setor de Compras

Ingrid Carol Dos Santos
Coordenadora de Ações em Saúde

Simone Paula de Azevedo
Agente Administrativo



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42**



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/2026

Abertura:.../.../2026

Horário de Início:h min

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado) Telefone: _____

Email: _____ Conta Corrente nº _____ Agência nº _____ Banco: _____

Identificação do responsável legal da empresa: _____ CPF: _____

RG: _____

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Contratação/CPC, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

DO OBJETO:

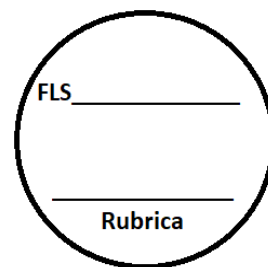
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	Marca	QTD	Valor Unit.	Valor Total
VALOR TOTAL						

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$(.....)**.

O prazo para instalação inicial dos serviços: A instalação do serviço de internet deverá iniciar-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, corridos, a contar da solicitação (ordem de compra, nota de empenho, autorização de fornecimento), no endereço informado e serão recebidos em caráter provisório para avaliação de conformidade dos produtos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



conforme este termo de referência.

O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

DECLARAMOS que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

DECLARAMOS que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, fretes, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do Representante Legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS

ANEXO III
(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil novo
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº /2026
Abertura:/.../2026
Horário de Início:h. min.

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARA, sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho.

DECLARA que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

DECLARA, sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARA ainda que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21”.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS

ANEXO IV

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE LC 123/06).

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº /2026

Abertura:/...../2026

Horário de Início:h min.

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____. **DECLARA**, para fins do disposto no Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

(Local e data)

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS

ANEXO V DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:

- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS****ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal

CNPJ DA EMPRESA



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026 FMS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026 FMS

No dia XXXXX do mês de XXXXXX do ano de 2026 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.283.607/0001-42, com sede administrativa localizada na Travessa 28 de Abril nº 1175, BAIRRO: Centro, na cidade de Brasil Novo/PA, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr(a) ELYSSON LEONARDE KLOSS inscrito no cpf sob o nº 908.***.***-53, doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), doravante denominado FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Dispensa Eletrônica nº 001/2026 FMS, Processo Administrativo nº XXX/2026 FMS que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e Decreto Municipal 688/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo, de acordo com os quantitativos estimados, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
2	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
3	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
VALOR TOTAL						R\$ XXXXX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo;
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida adesão a esta Ata de Registro.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 3 (três) dias úteis e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.1.3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Brasi Novo/PA para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (quando houver).

Brasil Novo/PA, xxxx de xxxxxxxx de 2026

 Empresa
 CNPJ:
 Fornecedor Registrado

 Secretário Municipal de Saúde
 Fundo Municipal de Saúde
 Contratante

 Testemunha

 Testemunha



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica

APÊNDICE DO ANEXO VII

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Unit.
1					
2					
3					



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VII

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº XXX/2026 FMS. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO
QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE
BRASIL NOVO E A EMPRESA
....., CNPJ:
.....
.....

I. PARTES

CONTRATANTE

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO**, Fundo público da administração direta municipal, inscrito no CNPJ nº. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril nº 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Elysson Leonarde Kloss, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA

_____ (Nome da Empresa), _____ (Natureza Jurídica), com sede _____ (endereço), _____ (contato), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____ (Representante Legal), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, residente e domiciliado à _____.

II. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026 FMS**, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

1.1. Contratação de empresa especializada em fornecimento de internet para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid. E de medida	Quantidade	Marca	Valor unit.	Valor total
1	xxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxx
VALOR TOTAL						R\$ xxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, desde que observado o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

eles solicitados;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.13. Sempre que solicitado pela Contratante, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9. CLÁUSULA NONA - GARANTIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar deverá observar as condições estabelecidas no Termo de Referência e no futuro contrato, assegurando-se a adequada prestação, dentro dos padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública.

9.2. A contratada deverá garantir a plena execução dos serviços, observando as seguintes disposições:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

i. Responsabilidade pela qualidade e desempenho:

A contratada responderá integralmente pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento das condições técnicas e operacionais previstas, devendo assegurar que as motocicletas, equipamentos de som e pessoal envolvido estejam em conformidade com as normas aplicáveis e as especificações contratuais.

ii. Correção de falhas e substituição de serviços defeituosos:

Caso sejam identificadas falhas, interrupções ou execução inadequada, a contratada deverá realizar, às suas expensas, a imediata correção ou repetição do serviço, conforme determinação do fiscal do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

iii. Fiscalização e acompanhamento:

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais, registrando as ocorrências e atestando os serviços efetivamente realizados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

“A” 1. der causa à inexecução parcial do contrato;

“B” 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

“C” 3. der causa à inexecução total do contrato;

“D” 4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

“E” 5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

“F” 6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

“G” 7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

“H” 8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 3%



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

a 5% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, se cumpridas as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

ORGÃO: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo e
1202 - Secretaria Municipal de Saúde.

PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0202 2007 – Piso da Atenção Primária – PAP;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

FLS _____

Rubrica _____

10 301 0238 2017- Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial Caps;

10 302 0238 2018 – Manutenção do CEO;

10 302 0238 2019 – Manutenção das Atividades do SAMU;

10 302 0238 2020 – Manutenção da média complexidade;

10 304 0235 2021 - Manutenção da Vigilância Sanitária.

10 122 0004 2023 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. caput, 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Brasil Novo/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



FLS _____

Rubrica

Secretário(a) Municipal de

CONTRATANTE

CONTRATADA